



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2021

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo de Referência foi elaborado com o objetivo de determinar os elementos necessários e suficientes para caracterizar o objeto da licitação, assegurando a viabilidade técnica, a avaliação do custo dos serviços, a definição de métodos e prazos, bem como orientar a execução e a fiscalização do contrato.

1.2. A contratação será realizada através de licitação, na modalidade de PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, combinado com o Decreto 10.024/2019, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.

1.3. Os serviços de Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-presencial (gravado e reproduzido simultaneamente) ou gravado previamente, aqui definidos objetivamente, de acordo com padrões de desempenho e qualidade usuais de mercado, enquadram-se como serviço comum para fins do disposto no Decreto 10.024/2019, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

CAPÍTULO II – JUSTIFICATIVA

2.1. A Contratação dos serviços de Tradução e Interpretação em Libras promoverá o amplo e pleno acesso de pessoas com deficiências auditivas nas manifestações realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul e está em sintonia com as legislações vigentes sobre acessibilidade e inclusão, consoante normas abaixo transcritas:

- Resolução TSE Nº 23.381, de 19 de junho de 2012 que institui o Programa de Acessibilidade da Justiça Eleitoral e dá outras providências;
- Resolução n.º 230, de 22 de junho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que orienta as atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Lei Federal n.º 10.436/02 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;
- Lei Federal nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;
- Decreto 9.656/18 que altera o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, prevê, em seu Art. 26, § 1º, 2º e 3º;

- Norma brasileira - ABNT NBR 9050
- Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 e 16;

2.2. Ademais, a necessidade da presente contratação decorre do SEI nº. 0002203-17.2021.6.12.8000, que busca dar cumprimento aos quesitos de acessibilidade no sítio da internet do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, determinados no Ranking da Transparência, instituído pela Portaria 20/2020 do CNJ.

CAPÍTULO III – OBJETO E DO PREÇO MÁXIMO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços comuns de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), em manifestações públicas realizadas, promovidas ou apoiadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, nas modalidades: ao vivo presencial (executado no local do evento), ao vivo não-presencial (gravado e reproduzido simultaneamente) ou gravado previamente; para atender a demanda nas sessões plenárias: ordinárias, extraordinárias e solenes; bem como eventos com público externo, promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, com cessão de uso de imagem e som.

3.2. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

3.3. Os serviços são comuns, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva e a prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4. A descrição do item, quantidade estimada de horas e valores máximos admitidos constam da tabela abaixo:

| | | | | |
|--|--|---------------------|----------------------|-------------------|
| ITEM 1 | Serviços de interpretação e tradução para libras durante as sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e eventos com público externo do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. | | | |
| | Horas dupla de intérpretes | Quantidade estimada | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
| | Prestação de serviços em dia normal (segunda a sexta-feira, das 07h às 22h) | 698 | 225,85 | 157.643,30 |
| | VALOR TOTAL ESTIMADO DOS SERVIÇOS (dias normais) 24 MESES | | | 157.643,30 |
| Hora diferenciada (por profissional) | | Quantidade | Preço Unitário | Total (R\$) |
| Sábado | | 15 | 338,77 | 5.081,55 |
| Domingo/Feriado | | 8 | 451,70 | 3.613,60 |
| Noturna | | 4 | 271,02 | 1.084,08 |
| VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS (horas diferenciadas) | | | | 9.779,23 |
| VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS | | | | R\$ 167.422,53 |
| Intervalo mínimo entre os lances, a ser aplicado sobre o valor total | | | | R\$ 100,00 |

3.5. A forma de remuneração da contratada será de acordo com a prestação do serviço demandado e quantidade de horas efetivamente prestadas.

3.6. Considera-se como hora-base a hora de interpretação em LIBRAS realizada simultânea ou consecutivamente e/ou simultânea remota, ao vivo ou gravada, **prestada por 2 (dois) intérpretes em**

regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, conforme preconizam as entidades de classe. O valor da hora-base deverá contemplar a cessão de uso da imagem e da voz.

3.7. O valor unitário considerará dois profissionais (dois intérpretes/hora).

3.8. Os serviços serão executados ordinariamente em dias úteis, podendo ocorrer em finais de semana e feriados, assim como ocorrer mais de um evento simultaneamente.

3.9. A hora-base de interpretação para serviços prestados nos domingos e feriados será acrescida em 100%, nos sábados haverá acréscimo de 50% e horas eventualmente prestadas no período noturno, será acrescida de 20%, conforme quantitativo e valores máximos dispostos na cláusula 3.4.

3.10. O valor mínimo de pagamento será de 1 (uma) hora. A primeira hora será paga como hora integral. A partir da 2ª (segunda) hora, o cálculo será feito pelo serviço efetivamente prestado, sendo assim, os valores acima da hora cheia serão pagos por hora fracionada.

3.11. A hora de início considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será sempre aquela indicada na ordem de serviço, não se descontando da jornada eventuais atrasos não imputáveis à CONTRATADA. A hora de término considerada para cômputo da jornada de trabalho dos profissionais será a hora em que a sessão/evento estiver efetivamente finalizada.

CAPÍTULO IV – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O serviço de tradução e interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) destina-se às diversas manifestações públicas realizadas pelo TRE/MS, tais como sessões de julgamento ordiárias, extraordinárias e solenes, além de eventos com a participação de público externo, podendo ser realizada nas seguintes modalidades:

- a) Eventos presenciais ao vivo: por meio de interpretação simultânea ou consecutiva, realizada com a presença do intérprete de LIBRAS no mesmo local em que ocorre o evento e de onde fala o orador;
- b) Eventos não presenciais transmitidos ao vivo: por meio de interpretação simultânea remota (RSI), com transmissão ao vivo pelos canais do TRE-MS na internet (YouTube e/ou redes sociais), em espaço ou janela de LIBRAS, sendo que o intérprete se encontra em local diverso da realização do evento ou de onde fala o orador;
- c) Eventos gravados previamente: por meio de gravação prévia da interpretação em LIBRAS para transmissão posterior, em espaço ou janela de LIBRAS, mediante divulgação e publicação na internet: site, canal do YouTube e redes sociais do TRE-MS.

4.2. O serviço será executado sob demanda, de acordo com as necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

4.3 O serviço será prestado por 02 (dois) intérpretes, em regime de revezamento, a cada 20 (vinte) minutos, para assegurar o adequado repouso dos profissionais, conforme preconiza a Federação e Associação da Classe.

4.4. O quantitativo previsto para o período da contratação é de **725 (setecentas e vinte e cinco) horas** e representa tão somente uma estimativa, podendo o TRE/MS, de acordo com sua demanda, requerer mais ou menos horas.

4.4.1. A prestação dos serviços ocorrerá, via de regra, de segunda a sexta-feira, dentro do período compreendido entre 7h00min e as 22h00min, de forma ordinária, que será considerado como expediente do Tribunal para fins desta contratação, sendo consideradas situações excepcionais o que exceder a carga horária do expediente normal e/ou atendimento aos sábados, domingos e feriados em que houver expediente.

4.4.2. Em ano eleitoral, devido ao aumento no quantitativo de horas de duração das sessões, em razão de procedimentos extraordinários, a prestação dos serviços poderá exceder o período normal, de segunda a sexta-feira, para contemplar sábados, domingos, feriados e horários diferenciados, em regime de plantão, estando previsto o quantitativo de **27 (vinte e sete) horas** para essas demandas.

4.5. As Sessões Plenárias a serem realizadas pelo Tribunal em ano eleitoral foram estimadas em 122 (cento e vinte e duas), com duração média de 4 (quatro) horas, nos meses que compreendem o período eleitoral (agosto a dezembro) e de 2 (duas) horas para as demais.

4.6. Em ano não eleitoral, a quantidade de sessões estimada é de 93 (noventa e três) com duração média de 2 (duas) horas, cada uma.

4.7. Os demais eventos a serem realizados pelo Tribunal foram estimados em 20 para o ano eleitoral e 12 em ano não eleitoral, com tempo de duração previsto de 4 (quatro) horas cada.

4.8. As Sessões Plenárias ordinárias acontecem semanalmente, atualmente de segundas-feiras, às 17h e terças-feiras, às 9h, podendo chegar a um número maior de sessões, ocasião em que a contratada será avisada com antecedência mínima de 24h. As datas serão informadas pela fiscalização após a assinatura do contrato.

4.8.1. Poderão ser convocadas sessões extraordinárias, com antecedência mínima de vinte e quatro horas;

4.9. Os intérpretes da Contratada deverão comparecer ao local do evento 15 (quinze) minutos antes do início dos trabalhos, a fim de que possam receber as orientações finais sobre a solenidade e a prestação do serviço. Esse período não será computado como hora trabalhada para efeito de contabilização do pagamento da prestação do serviço.

4.10. Os profissionais devem usar vestimentas de maneira sóbria e discreta, compatível com a liturgia requerida pelo evento;

4.10.1. Recomenda-se vestir blusas ou camisas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, sem conter detalhes como estampas, formas, listras, botões ou bolsos. O tradutor/intérprete de pele clara deverá usar blusa na cor preta e o tradutor/intérprete de pele escura usar blusa na cor cinza.

4.11. Em se tratando do trabalho prestado de modo virtual, o profissional deve fazer uso de um ambiente silencioso e discreto.

4.11.1. O plano de fundo deverá ser nas cores azul ou verde, em tonalidade compatível para a aplicação da técnica chromakeyer, porque essa técnica possibilita o apagamento completo do fundo no vídeo de forma digital, e viabiliza a inserção também digital de qualquer imagem para preenchimento, caso necessário.

4.11.2. O Intérprete deverá estar posicionado no centro do vídeo.

4.12. A critério do TRE/MS, poderá ser realizada filmagem ou fotografia do processo de interpretação.

4.12.1. A contratada deverá encaminhar ao TRE/MS prévia autorização de imagem e voz por parte do(s) profissional(is) alocado, emitida conforme modelo constante do Anexo III.

4.13. Os serviços serão desempenhados na Sede do TRE/MS, na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, e no prédio do Fórum Eleitoral de Campo Grande, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardmann, 180, Jardim Veraneio, ambos em Campo Grande/MS, quando presencial ou por aplicativo de videoconferência utilizado pelo Tribunal, quando a distância, podendo, excepcionalmente, atender a demandas pontuais em outros locais, no município de Campo Grande/MS.

4.13.1. O deslocamento dos profissionais até o local da prestação do serviço é de responsabilidade da CONTRATADA.

4.14. Nos casos de eventos gravados previamente, a CONTRATADA deverá promover a tradução/interpretação dos vídeos e demais conteúdos audiovisuais previamente submetidos a ela, através de profissional intérprete/tradutor de Libras habilitado, efetuar a gravação da tradução e, posteriormente, inseri-la no arquivo, com edição integrada, contendo janela própria de exibição, em consonância com os requisitos previstos na ABNT NBR 15290:2016.

4.15. Quando necessária a execução dos serviços, a Fiscalização emitirá Ordem de Serviços (OS), que deverá indicar:

- a. Dia(s), Mês e Ano da prestação dos serviços;
- b. Hora prevista para início da prestação dos serviços;
- c. Hora prevista para término da prestação dos serviços;
- d. Local/endereço detalhado da prestação dos serviços;
- e. Resumo de horas previstas para prestação dos serviços;

CAPÍTULO V – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. A formação profissional dos profissionais que atuarão como tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa deve ser comprovada pelos meios disciplinados na Lei nº 12.319/2010, devendo apresentar escolaridade mínima de nível médio, com habilitação em Tradução e Interpretação de Libras, através de um dos seguintes documentos:

- a) Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras); ou
- b) Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (POLIBRAS); ou
- c) Certificação realizada por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de libras de instituições de educação superior.

5.2. A Contratada deverá comprovar a experiência dos profissionais com a execução dos mesmos serviços (tradução e interpretação de libras) em eventos similares, mediante algum dos seguintes documentos:

- a) ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA emitido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado; ou
- b) apresentação de declaração de Associação de Surdos ou Instituição reconhecida que comprove a atuação como intérprete de Libras junto à comunidade surda; ou
- c) registro de contrato de trabalho em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) na área objeto da presente contratação; ou
- d) contrato de prestação de serviços de intérprete e tradução de libras.

5.3. A empresa contratada deverá indicar, quando da assinatura do contrato, os profissionais que colocará a disposição do TRE/MS, comprovando sua formação profissional, mediante apresentação de documentação que tratam as Cláusulas 5.1 e 5.2 e Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz (Anexo III).

5.3.1. Em caso de substituição do(s) profissional(is) indicado(s), a Contratada deverá enviar à fiscalização, por meio eletrônico, relação contendo os dados dos profissionais que serão colocados à disposição do TRE/MS, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes de cada evento/sessão plenária, juntamente com a comprovação da qualificação e cada profissional, nos termos do exigido neste Termo de Referência e Edital.

CAPÍTULO VI - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, desde que os serviços tenham sido prestados de forma regular e satisfatória, haja interesse por parte da Administração do Tribunal, o contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração e a contratada, igualmente, manifeste interesse expresso.

CAPÍTULO VII - DA NOTA FISCAL

7.1. O pagamento do objeto desta contratação será feito mensalmente, compreendendo os serviços prestados no mês imediatamente anterior, nos seguintes termos:

7.1.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a discriminação dos serviços prestados e do valor correspondente.

7.1.2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.24/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.2. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento ficará pendente para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data de reapresentação do mesmo.

7.3. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Contratante, ao seu critério, poderá devolvê-la para as devidas correções.

7.4. A nota fiscal deverá ser encaminhada à Fiscalização Central do contrato, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, de modo a viabilizar o início do processo de pagamento.

CAPÍTULO VIII – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será feito pelo Contratante em moeda corrente nacional, mediante Ordem Bancária em conta corrente indicada pela Contratada, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Anexo, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a data de apresentação da nota fiscal/fatura à fiscalização.

8.2. O procedimento de pagamento observará as seguintes etapas:

- a) o fiscal fará a análise da Nota Fiscal/Fatura e das informações nela constantes, inclusive quanto aos valores, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela empresa contratada, e, após, fará o atesto da Nota Fiscal/Fatura e o seu encaminhamento à Seção de Finanças;
- b) a Seção de Finanças efetuará o pagamento dos valores devidos à contratada, no prazo de até 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal/fatura e documentação anexa proveniente da fiscalização.

8.3. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de ausência de informação e/ou documento complementar, ou em que haja necessidade de correção e/ou complemento de informação constante da nota fiscal/fatura, bem como qualquer outro motivo cuja responsabilidade seja atribuível à contratada, passando a ser contado novamente somente após a efetiva regularização.

8.4. Serão retidas na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, as alíquotas dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido - CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor devesse comprovar a Opção;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

8.5. Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

8.6. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e devem ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

8.7. O TRE/MS reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for observado que o serviço prestado não está de acordo com as especificações apresentadas e aceitas, aplicando-se ainda as penalidades cabíveis.

CAPÍTULO IX - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativas à prestação dos serviços ficarão a cargo dos servidores lotados na Coordenadoria de Sessões, Documentação e Jurisprudência - CSDJ, quando o serviço for prestado durante as Sessões Plenárias de Julgamento; e, de servidor(a) lotado(a) na Assessoria de Comunicação - ASCOM, quando o serviço for prestado durante a realização de eventos do TRE/MS.

9.2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

9.3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

- a) emitir Ordens de Serviços à contratada com as informações constantes da Cláusula 4.15, encaminhando à Contratada por meio eletrônico.
- b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, e contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada;
- c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;
- d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;
- e) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- f) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO X - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As sanções administrativas estão disciplinadas na minuta do contrato (Anexo II).

CAPÍTULO XI. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-MS

11.1. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços por intermédio de servidores especialmente designados, na forma prevista em lei, providenciando a notificação da CONTRATADA por escrito sobre qualquer irregularidade constatada.

11.2. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas.

11.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos que solicitarem os empregados da CONTRATADA para execução dos serviços.

11.4. Ordenar a imediata retirada do local e ainda a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá de identificação, quando não justificado, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu critério, julgar inconveniente.

11.5. Efetuar o pagamento dos serviços efetivamente prestados conforme prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

11.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

11.7. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais e em conformidade aos procedimentos estabelecidos em norma(s) regulamentadora(s) do CONTRATANTE sobre o tema.

11.8. Realizar reunião com representantes da CONTRATADA antes do início da prestação dos serviços para tratar das peculiaridades do contrato.

CAPÍTULO XII DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Cumprir fielmente o estipulado neste Termo de Referência, no Edital, na proposta de preços, no Termo Contratual e na Nota de Empenho, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

12.2. Indicar, quando da assinatura do contrato, os nomes dos profissionais que colocará a disposição do TRE/MS, comprovando sua formação profissional, mediante apresentação de documentação que tratam as Cláusulas 5.1 e 5.2 e Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz (Anexo III).

12.3. Em caso de substituição do(s) profissional(is) indicado(s), a Contratada deverá enviar à fiscalização, por meio eletrônico, relação contendo os dados dos profissionais que serão colocados à disposição do TRE/MS, pelo menos 24 (vinte e quatro) horas antes de cada evento/sessão plenária, juntamente com a comprovação da qualificação e cada profissional, nos termos do exigido neste Termo de Referência e Edital.

12.4. Prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo e, em especial, pela honestidade e discrição, pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero, pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir, pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional, pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem e pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

12.5. Indicar/nomear, a partir da assinatura do contrato, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, uma pessoa para atuar como PREPOSTO, para efetuar atendimentos aos profissionais alocados para a prestação dos serviços e que tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos no contrato, bem como atender às solicitações da CONTRATANTE.

12.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas do TRE/MS e fornecer todas as informações solicitadas pela contratante.

12.8. Comprovar a qualquer tempo, quando exigido pelo CONTRATANTE a qualificação exigida aos profissionais para prestação dos serviços.

12.9. Assumir, com exclusividade, as obrigações pecuniárias, trabalhistas e previdenciárias advindas da prestação dos serviços.

12.10. Estabelecer critérios rigorosos a fim de recrutar e selecionar profissionais habilitados para a prestação dos serviços, observando os requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos.

12.11. Registrar e controlar, a pontualidade e/ou cumprimento de prazos de seus empregados nos eventos/serviços, conforme definido neste Termo de Referência e anexos.

12.12. Manter o serviço contratado sem interrupção, assumindo responsabilidade na falta de pessoal e respondendo por qualquer dano material, pessoal ou descumprimento de horário por parte de seus funcionários.

12.13. Quando solicitado pelo CONTRATANTE deverá haver a substituição, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, de quaisquer empregados cuja permanência, atuação ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina, à técnica ou ao interesse do serviço público, vedado o retorno à escala de serviço, mesmo que para substituições temporárias de seus funcionários.

12.14. Assumir inteira responsabilidade por danos, desvios causados ao patrimônio do TRE/MS ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados e prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas no contrato.

12.15. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

12.16. Sempre que aplicável, a CONTRATADA executará os serviços com base na norma técnica NBR 15.290:2016 da ABNT e nas diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

12.17. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, bem como as supressões que se fizerem necessárias, qualquer que seja o percentual a ser suprimido, implicando a simples participação no certame na anuência da empresa quanto a essas condições.

12.18. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

12.19. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.

12.20. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

12.21. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

12.22. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

12.23. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação do serviço, na forma disposta neste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 07/10/2021, às 06:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1098265** e o código CRC **A6B9AB57**.